

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALEXANDRE JAUHAR CARDOSO

AS AÇÕES DESENCADEADAS PELA MARINHA DO BRASIL NAS
OPERAÇÕES COMBINADAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL.

Rio de Janeiro

2008

CC ALEXANDRE JAUHAR CARDOSO

AS AÇÕES DESENCADEADAS PELA MARINHA DO BRASIL NAS
OPERAÇÕES COMBINADAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC Getúlio de Alvarenga Cidade

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2008

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	A SITUAÇÃO SÓCIO-GEOGRÁFICA DA REGIÃO AMAZÔNICA.....	5
3	MEIOS DA MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL.....	7
4	AS TAREFAS DA MARINHA DO BRASIL NO CUMPRIMENTO DE SUA MISSÃO.....	9
5	AS MEDIDAS DO ESTADO BRASILEIRO NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	11
6	AS OPERAÇÕES COMBINADAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL.....	13
7	CONCLUSÃO.....	15
	REFERÊNCIAS.....	18
	ANEXOS.....	
	ANEXO A – Mapa da Bacia Amazônica.....	20
	ANEXO B – Hidrovias da Amazônia Ocidental.....	21

1 INTRODUÇÃO

No passado, as guerras eram bem simples e podia-se travá-las com apenas uma Força Armada, atuando de maneira isolada. A vitória dependia de alguns fatores humanos, efetivo de um exército e de táticas ou manobras. Assim disse Sun Tzu: “Na guerra, o general que recebe suas ordens do soberano deve concentrar suas forças e transformar seu exército em um conjunto harmonioso, mobilizando o povo. Depois, instalar as tropas em lugar vantajoso” (SUN TZU, 2007, p. 79).

Liderança, bravura, coragem eram atributos que levavam alguns líderes à vitória. Com o avanço tecnológico dos armamentos, as guerras tornaram-se mais complexas e o sucesso, algumas vezes, ficou associado à eficiência de um tipo de armamento.

Com a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), tiramos um relevante ensinamento que está sendo usado até hoje, ou seja, o emprego isolado de qualquer componente das Forças Armadas (FFAA) tornou-se raro, principalmente nas operações de vulto. Em consequência, a fim de permitir uma coordenação eficiente e econômica de forças para atingir um objetivo comum, surgiu e desenvolveu-se a doutrina militar combinada. Os últimos exemplos de guerra, como pode ser visto na Guerra do Vietnã, na Guerra das Malvinas ou na Guerra do Golfo, nos mostram que, em alguns combates, uma Força isolada pode alcançar uma vitória, mas o resultado final é alcançado pela integração das três forças.

Para atuar de forma combinada, as Forças singulares precisam possuir as características de versatilidade, interoperabilidade, sustentabilidade, mobilidade estratégica e estarem aptas a cumprir os diferentes tipos de missões (BRASIL, 2005c). Essa aptidão exige muito esforço em treinamento que tem sido incrementado, sob a égide do Ministério da Defesa (MD), através de operações combinadas, envolvendo grandes efetivos de pessoal e meio.

O presente trabalho apresentará uma visão panorâmica da região amazônica, em especial a Amazônia Ocidental, que abrange os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, sob jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN), com sua imensa rede hidrográfica; analisará a importância dessa região, tanto no contexto nacional quanto internacional, motivo dos diversos adestramentos realizados de forma singular e combinada; descreverá as ações que a Marinha do Brasil (MB) executa com os seus meios, incluindo o importante trabalho realizado em prol da população carente naquela região; abordará as preocupações quanto à questão da segurança de suas fronteiras; e descreverá algumas ações relevantes do Governo Federal e do MD

em prol da Defesa do país, no que tange à região amazônica, dentre elas as Operações Combinadas¹ entre as três FFAA.

O propósito desse trabalho é mostrar as diferentes ações desencadeadas pela Marinha do Brasil, através de seus meios operativos, subordinados ao Comando da Flotilha do Amazonas, nas Operações Combinadas na Amazônia Ocidental. Para tanto, o autor dessa monografia utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da experiência adquirida num dos navios da referida Flotilha, onde serviu por dois anos.

¹ São aquelas empreendidas por elementos ponderáveis de mais de uma Força, sob a responsabilidade de um comando único (Comando Combinado) (BRASIL, 2004, p. 2-3).

2 A SITUAÇÃO SÓCIO-GEOGRÁFICA DA REGIÃO AMAZÔNICA

A região amazônica corresponde a mais da metade do território brasileiro, além de ser o maior banco genético do mundo, com sua incalculável riqueza, em termos de biodiversidade. Possui, ainda, combustíveis fósseis, como petróleo e gás natural e imensas reservas minerais. A Amazônia ocupa, além de parte do território brasileiro, parte de outros países como a Bolívia, a Colômbia, o Peru, o Equador, a Guiana, o Suriname, a Venezuela e a Guiana Francesa (FUCCILLE, 2008).

A bacia amazônica possui uma grande extensão com cerca de 6,5 milhões de quilômetros quadrados. Seus rios são permanentemente caudalosos, escoando cerca de 20% de toda água doce do globo. Alguns rios são sinuosos, alguns sofrem com a grande amplitude entre vazantes e enchentes, comumente superiores a 10 metros, o que prejudica a navegação e a carga/descarga nos portos. Alguns rios, como o rio Guamá, parte do rio Xingu, parte do rio Madeira e o rio Azul, não permitem o uso de embarcações de maior calado, por possuir profundidade inferior a 2,10 metros. As calhas principais dos grandes rios da bacia amazônica possuem excelentes condições de navegabilidade, o que permitem navegar grandes distâncias sem comprometer a segurança. Algumas distâncias merecem destaques, como: de Belém a Cruzeiro do Sul, no Acre, são 3.320 milhas marítimas e de Belém a Boca do Acre são 2.420 milhas (COSTA, 2001). Porém, cabe ressaltar que a variação do canal, às vezes de forma significativa, ocorre a cada ciclo de vazante e cheia, tornando difícil um levantamento hidrográfico adequado. Por isso, a maioria dos rios da região Amazônica são considerados “novos”², pois ainda não possuem um canal de navegação definido. Dessa forma, podemos verificar a grande necessidade de um esforço contínuo de atualização das cartas náuticas da região, por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação, a fim de evitar encalhes de navios.

São 11.000 quilômetros de fronteiras e 23.000 quilômetros de rios navegáveis na Amazônia. Uma extensa área que possui pouco mais de 8% da população brasileira, ou seja, em torno de 14 milhões de habitantes. Sua participação na riqueza, expressa pelo PIB nacional, quase não tem relevância (FUCCILLE, 2008). A ocupação na região, principalmente nas fronteiras, tem se dado por militares e religiosos. Segundo Filho (2005), nos relatórios de fim de comissão dos

² São rios formados a cada ciclo de vazante e cheia, que, portanto, não possuem um canal de navegação definido (COSTA, 2001).

meios operativos da Flotilha do Amazonas (FlotAM) têm constado informações sobre a presença de estrangeiros na Amazônia, principalmente perto de Belém e Manaus. Em algumas ocasiões foram encontrados estrangeiros ligados a igrejas Católicas e Protestantes, que alegam estarem realizando um trabalho pastoral na comunidade onde se encontram. Esse fato demonstra uma falta de controle dos estrangeiros que se encontram na região. Ainda segundo Filho (2005), em 2002, esses fatos informados nos relatórios da primeira operação combinada não tiveram repercussão. Em 2003 e 2004, durante as operações combinadas Timbó, a situação permanecia a mesma.

A falta de uma política que atraia a população, com programas de desenvolvimento no setor produtivo, tanto agrícola como industrial, é o principal entrave ao adensamento populacional. No caso industrial, merece destaque a falta de indústrias química, mineral e farmacológica, que, atualmente, significam os principais atrativos à cobiça da região, setores que gerariam grande retorno ao governo brasileiro. Carecem de preocupação, também, os setores de infra-estrutura de transporte, saneamento básico, educacional, além de outros, que têm contribuído para a manutenção desse vazio demográfico constante por longas datas.

Uma área com as dimensões naturais que a Amazônia possui, sua extensa cobertura vegetal e suas vias de comunicação eminentemente hidrográficas torna difícil o conhecimento do terreno. Faz-se necessário um aprofundamento do nosso pessoal e a criação de um grande banco de dados que deverá ser atualizado tempestivamente. Esse é um fator fundamental que fará a diferença, em caso de um conflito. Assim já dizia Sun Tzu: “[...] se você conhece o inimigo e a si mesmo, a vitória não estará em risco. Se você conhece o terreno e as condições naturais, a vitória poderá ser completa.”(SUN TZU, 2007, p. 109).

Para atender essa necessidade de conhecimento, a MB criou um banco de dados operacionais, organizado, mantido e atualizado pelo Comando de Operações Navais (ComOpNav) e que, juntamente com as informações do Sistema de Inteligência da Marinha, constitui uma valiosa ferramenta para o planejamento das operações na região (FILHO, 2005).

A mobilidade no terreno é outro fator a considerar, pois a presença de numerosos cursos d’água e terrenos alagados, a existência de densa vegetação e a ausência de vias terrestres de comunicação dificultam bastante a movimentação da tropa e de seus suprimentos (BRASIL, 2005a).

As bruscas variações climáticas e a grande umidade prejudicam os desempenhos pessoal e material da tropa, principalmente dos equipamentos eletrônicos. Essa variação climática exige uma aclimação da tropa, antes de qualquer operação na região, principalmente por parte de pessoal proveniente de outras regiões (BRASIL, 2005b). Daí a importância do constante adestramento na Amazônia para ambientar nossas tropas com essas peculiaridades.

3 MEIOS DA MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

O Comando do 9º Distrito Naval dispõe de uma Flotilha com oito (08) navios, um (01) Batalhão de Operações Ribeirinhas e um (01) Esquadrão de Helicópteros (HU-3)³, todos sediados em Manaus (FILHO, 2005). Os meios navais da Flotilha do Amazonas, adequados ao ambiente fluvial e com características distintas, são os seguintes:

- a) Dois (02) Navios Patrulhas-Fluviais (NPaFlu) da Classe “Pedro Teixeira” com as seguintes características:

Navios construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), em 1973, com deslocamento de 700 toneladas, 63,74 metros de comprimento e 2,20 metros de calado. Cada um possui um (01) canhão de 40 mm, dois (02) morteiros de 81 mm, quatro (04) metralhadoras 0.50 pol. e duas (02) metralhadoras de 20 mm, além de armamentos portáteis. Levam duas (02) Lanchas de Ação Rápidas (LAR), que podem lançar fuzileiros navais e tropas especiais com grande facilidade, e possuem uma plataforma de pouso, além de hangar, com capacidade para operar com aeronaves HELIBRAS HB-350BA Esquilo.

- b) Três (03) NPaFlu da Classe “Roraima” com as seguintes características:

Navios construídos em 1976, com deslocamento de 364 toneladas, 46,30 metros de comprimento e 1,37 metro de calado. Possuem o mesmo armamento dos navios da classe “Pedro Teixeira”, porém não possuem capacidade para operar com aeronaves. Levam também duas (02) LAR.

- c) Dois (02) Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) da Classe “Oswaldo Cruz”, também chamados “Navios da Esperança”, com as seguintes características:

³ Terceiro Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral.

Navios com 47,18 metros de comprimento e 1,75 metros de calado. Levam duas (02) Lanchas Rápidas, que levam as equipes médicas aos locais de atendimento, e possui uma plataforma de pouso, com capacidade para operar com aeronaves HELIBRAS HB-350BA Esquilo.

d) Um (01) NAsH da Classe “Dr. Montenegro”, com as seguintes características:

Navio com 42 metros de comprimento e 2,40 metros de calado. Levam duas (02) Lanchas Rápidas, que levam as equipes médicas aos locais de atendimento.

Pelas características acima, verifica-se que os navios patrulhas possuem um grande poder de fogo para realizar as ações de defesa aérea, apoio de fogo naval, em proveito ou não das ações realizadas em Terra e ações ofensivas nos rios. Mesmo assim, verifica-se a necessidade de equipar os meios navais com mísseis superfície-ar, para fazer frente a ameaças aéreas inimigas, e até mesmo uma defesa anti-míssil. Suas LAR podem realizar ações de esclarecimento, reconhecimentos e infiltrações nas áreas aonde for constatada a presença de unidades inimigas, e nos pontos mais propícios ao posicionamento de tropas inimigas e acompanhamento de embarcações ribeirinhas nos corredores de trânsito, durante o controle do tráfego fluvial. Os helicópteros embarcados ampliam a capacidade da Força na busca de posições inimigas, realizam esclarecimentos, infiltram ou retiram elementos da tropa, realizam apoio logístico móvel e evacuam baixas e prisioneiros de guerra.

Para uma melhor compreensão do aspecto navegabilidade, devido ao calado dos navios da FlotAM, será analisada a divisão da sub-bacia principal dos Rios Amazonas, Solimões e Maranhão nos seguintes trechos navegáveis: Baixo Amazonas, que vai da foz (em Belém) ao Rio Negro (em Manaus); Médio Amazonas, que vai da confluência do Rio Negro (em Manaus) à foz do Rio Javari (em Tabatinga); e Alto Amazonas, que vai da foz do Rio Javari às nascentes, conforme pode ser visto no anexo A.

Do Baixo Amazonas até a cidade de Iquitos (Peru), no Alto Amazonas, os navios da FlotAM podem navegar permanentemente durante todo o ano. Porém, nas outras sub-bacias existem algumas restrições de navegabilidade, devido ao calado, em função da seca que ocorre em alguns períodos do ano, e de alguns rios com profundidade menores do que o calado dos navios, durante todo o ano. Porém, em alguns afluentes dos rios Amazonas, Solimões e Maranhão somente os NpaFlu da classe “Roraima” e os NAsH da classe “Oswaldo Cruz” podem navegar, por possuírem calados menores que 2,0 metros.

Na tabela do anexo B temos os calados de navegação para os trechos navegáveis dos principais rios da Amazônia e suas extensões em milhas. Comparando essa tabela com os calados dos navios da FlotAM, podemos verificar que os navios da classe “Pedro Teixeira” conseguem navegar no período da cheia em quase todos os principais rios apresentados na tabela, exceto o Rio Branco; e no período da seca, em quase nenhum rio, exceto os Rios Xingu, Amazonas e Solimões. Já os navios da classe “Roraima” conseguem navegar, no período da cheia, em todos os rios; e no período da seca, em quase todos, exceto os Rios Branco, Jari, o trecho do Rio Negro que vai da Cidade de Cucuí à foz do Rio Branco, o trecho do Rio Purus que vai da foz do Rio Laco à Cidade de Cachoeira e o Rio Javari.

Essa análise de navegabilidade é muito importante num planejamento militar e mostrou-se extremamente eficaz nas Operações Timbó realizadas no período de 2003 a 2006. Os relatórios finais de todas essas operações não apresentaram qualquer irregularidade ou dificuldade desses meios na calha desses rios, fruto do banco de dados operacionais disponível no ComOpNav.

As duas classes de NPFLu conseguiram patrulhar os rios nos trechos abrangidos pela operação, ou seja, os rios ao sul do Rio Solimões, as bacias hidrográficas dos Rios Japurá, Alto Solimões, Juruá e Javari.

4 AS TAREFAS DA MARINHA DO BRASIL NO CUMPRIMENTO DE SUA MISSÃO

A Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul para a Defesa Nacional, devido à riqueza de recursos e à vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas.

Apesar das dificuldades vividas no contexto atual, pela baixa densidade demográfica e precário sistema de transporte terrestre, numa vasta área, demandando grandes distâncias, faz-se mister a garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteiras na região amazônica. Nesse contexto, visando o desenvolvimento e a integração da região, são fundamentais, além da vivificação da faixa de fronteiras, a adequada política indigenista, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente. É necessário, também, um aumento do efetivo das FFAA nas faixas de fronteiras, para a conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia (BRASIL, 2005c).

A PDN prevê a necessidade de executar uma série de ações estratégicas, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente, como o fortalecimento da presença militar na região, a ação do Estado no desenvolvimento sócio-econômico e a cooperação com os países vizinhos.

Prevê, ainda, que:

As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:

[...] IV - incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, ampliando o emprego combinado;

[...] VI - aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira;

[...] XV - implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira; [...] (BRASIL, 2005c, p. 10).

Para o cumprimento da diretriz IV, citada acima, faz-se necessário uma preparação constante, tanto na parte de adestramento, como na parte de manutenção, modernização e substituição do material⁴, fatores esses que darão credibilidade ao cumprimento de uma operação. Segundo a DBM, “A contribuição para a dissuasão⁵ propiciada pelo Poder Naval é consequência natural da capacitação e credibilidade para realizar, com efetividade, as demais tarefas básicas. É desenvolvida desde o tempo de paz.”(BRASIL, 2004, p.3-2).

A FlotAM, com seus 05 NPaFlu e 03 NAsH, tem cumprido suas tarefas de patrulhar os rios da Amazônia, promover Ações Cívico-Sociais (ACISO), incluindo assistência médica e odontológica à população carente daquela região, aumentar a presença do Estado nas fronteiras, além das tarefas subsidiárias de prover a segurança da navegação fluviária e implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos nas águas interiores, em coordenação com os outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas. Filho (2005) ressalta que as patrulhas fluviais são as atividades da MB, em tempo de paz, que mais contribuem para a dissuasão.

Segundo a PDN:

A ausência de litígios bélicos manifestos, a natureza difusa das atuais ameaças e o elevado grau de incertezas, produto da velocidade com que as mudanças ocorrem, exigem ênfase na atividade de inteligência e na capacidade de pronta resposta das Forças Armadas, às quais estão subjacentes características, tais como versatilidade, interoperabilidade, sustentabilidade e mobilidade estratégica, por meio de forças leves e flexíveis, aptas a

⁴ Refere-se aos meios como um todo; os sistemas que compõem esses meios, separadamente, e os componentes de cada um dos sistemas.

⁵ Constitui a existência de Forças Armadas bem constituídas, adestradas e com credibilidade de emprego, capazes de se oporem com rapidez e êxito a uma agressão, ou de induzirem o inimigo à percepção de custo demasiado elevado para o que pretenda atingir (BRASIL, 2004, p. 2-3).

atuarem de modo combinado e a cumprirem diferentes tipos de missões (BRASIL, 2005c, p. 1).

Em tempo de paz, a MB vem desenvolvendo essas atividades seguindo as diretrizes constantes na PDN, quanto ao preparo de sua Força para ameaças externas, com a coordenação do MD nas ações necessárias à Defesa Nacional (BRASIL, 2005c).

5 AS MEDIDAS DO ESTADO BRASILEIRO NA REGIÃO AMAZÔNICA

As atenções militares na região amazônica não são recentes. Após o governo militar (1964-1985), mais especificamente no governo José Sarney (1985 a 1989), foi implementado o Projeto Calha Norte⁶, por orientação militar, voltada para o norte do país. Nessa época, a justificativa para o aumento da presença militar na região era a ameaça de interferência cubana na crise entre Guiana e Suriname. Durante esse período de implementação do Projeto Calha Norte, ainda na Guerra Fria, a preocupação militar na região estava voltada para o anticomunismo. Com o fim da Guerra Fria, novas preocupações surgiram. A preocupação com a cobiça internacional da Amazônia, no que diz respeito à internacionalização daquela imensa área do país, em virtude de uma possível extinção da floresta e, até mesmo, pela proteção de direitos das tribos indígenas, passou a ser o foco principal dos debates entre o Governo e os militares (FILHO, 2008).

Essas visões foram agravadas pelas medidas políticas⁷ do Presidente Fernando Collor de Melo (1990-92). Porém, como destaca o Professor João Roberto Martins Filho:

[...] essas políticas não chegaram a afetar as decisões previamente tomadas pelos militares, principalmente a de aumentar a presença na região norte do país: entre 1991 e 1992 foi efetivada a transferência de duas brigadas de infantaria, antes situadas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, para Boa Vista (RR) e Tefé (AM), respectivamente (FILHO, 2007, p. 4).

⁶ Criado em 1985 para garantir a soberania e a integridade territorial na região da Calha Norte do rio Amazonas. Com esse programa pretendeu-se ampliar a presença militar na região e, ao mesmo tempo, proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores locais. Para tanto, foram criadas novas unidades militares para controle e proteção de nossas fronteiras, além de ter sido instalado, na Amazônia, um centro dedicado ao adestramento em operações militares combinadas. Disponível em http://www.psdb.org.br/biblioteca/era_do_real/31.pdf. Acesso em 21abr. 2008.

⁷ Inserir o Brasil na nova agenda ecológica, incentivar sugestões de revisão do Projeto Calha Norte e realizar a demarcação das terras dos índios Ianomâmi, atendendo à exigência da Constituição de 1988, disponível em http://www.psdb.org.br/biblioteca/era_do_real/31.pdf. Acesso em 21 abr. 2008.

De alguns anos para cá, essa tendência de prioridade na região amazônica tem sido continuada com a transferência de unidades, criação de novas unidades, aperfeiçoamento de doutrinas de emprego e realização de operações na região. O Exército transferiu uma brigada de Niterói para São Gabriel da Cachoeira para aumentar o efetivo na região, atingindo um total de 25000 homens, considerado ideal para a região. Foi implantada a aviação do Exército, com a aquisição de helicópteros Cougar, em plena atividade na região amazônica (FILHO, 2008).

A Força Aérea Brasileira (FAB), responsável pelo projeto Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (SIVAM⁸), planeja a construção de mais duas bases na Amazônia, em Eirunepé (AM) e Vilhena (RO) (FILHO, 2008). Através da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), com sede em Belém, a FAB tem as tarefas de projetar, construir, equipar e recuperar os aeroportos de todas as regiões do Brasil, incluindo a região amazônica. Através da referida Comissão, concluiu as seguintes obras na região amazônica: construção do terminal de passageiros e da pista de pouso de Caracaraí (RR), em 2003; ampliação e revestimento em concreto de cimento da pista de pouso da Vila Bitencourt (Japurá – AM), em 2008; e ampliação e reforço do pavimento da pista de pouso de Ipiranga (AM), em 2008. Possui, ainda, algumas obras em andamento, sendo, na sua maioria, ampliação e reforço do pavimento ou revestimento em concreto das seguintes pistas de pouso: Eirunepé (AM), Estirão do Equador (AM), Oiapoque (AP), Palmeiras do Javari (AM), Santa Rosa do Purús (AC), Tiriós (PA), Tunuí Cachoeira (AM) e Yauaretê (AM) (BRASIL, 2008a). Obras essas que, salvo melhor juízo, podem proporcionar apoio às aeronaves do Exército e da Marinha, nas operações realizadas naquela região, servindo de base temporária, instalada com o propósito de apoiar os meios aéreos de uma Força-Tarefa Ribeirinha.

A MB criou o Comando do 9º Distrito Naval, em janeiro de 2005, reestruturou o Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus em um Batalhão de Operações Ribeirinhas. A Agência Fluvial em Tabatinga foi elevada a Capitania Fluvial, com aumento de efetivos e meios, foi criado o Depósito Naval de Manaus, transferido um dique flutuante de Belém para Manaus e incorporados uma balsa de óleo combustível e um empurrador, todos os dois sediados em Manaus (FILHO, 2005). Iniciou-se a modernização dos NPflu Classes "Pedro Teixeira" e "Roraima" e as construções de um Navio Transporte Fluvial e um Navio de Apoio Logístico

⁸ O Projeto visa, com uma rede de 25 radares, garantir a segurança do tráfego aéreo em toda a região amazônica, cobrindo todas as rotas aéreas da Amazônia, disponível em <http://www.psdb.org.br/biblioteca/era_do_real/31.pdf>. Acesso em 21 abr. 2008.

Fluvial, além de novos NPFLU e navios de assistência hospitalar. Houve também um aumento da área territorial do antigo Projeto Calha Norte, passando a se chamar Programa Calha Norte, abrangendo os estados do Acre e Rondônia, além dos originais Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, num total de 194 municípios (NETO, 2008). Além dessas ações, qualificou a Estação Naval do Rio Negro (ENRN) para realizar períodos de manutenção nos navios subordinados à FlotAM (FILHO, 2005). Essa última ação e o aumento da capacidade de apoio logístico tanto móvel como fixo aumentam, sobremaneira, a disponibilidade e a prontidão desses meios.

Nas últimas décadas, o País viu a necessidade de um órgão que pudesse integrar as FFAA, com a atribuição de coordenar e planejar o seu emprego e de encaminhar soluções para assuntos na área de defesa. Os estudos para mudança começaram em 1995. Em 1996, pela primeira vez na história do País, foram definidas as bases da Política de Defesa Nacional. Em 1999, foi criado o Ministério da Defesa, que passou a ser o órgão central da política de defesa nacional. Os antigos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica foram transformados nos respectivos Comandos e o antigo Alto Comando das FFAA foi convertido em Conselho Militar de Defesa. Os orçamentos das três Forças foram consolidados em um só. Em 2001, foi elaborado o Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (PPC), o qual foi organizado a partir da conjugação dos processos de planejamento individuais de cada Força. Porém, embora o PPC possa ser utilizado em qualquer nível de planejamento, seu emprego será o nível operacional, pois na maior parte das vezes, não será justificável o emprego de forças combinadas para emprego puramente tático (SILVA, 2007). Em 2002, pela primeira vez na história militar do País, foi realizada uma Operação Combinada das FFAA, a chamada Operação TAPURU, unindo as três FFAA na região Amazônica.

6 AS OPERAÇÕES COMBINADAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

As Operações Combinadas na região amazônica, mais especificamente na Amazônia Ocidental, têm como objetivo principal o treinamento conjunto das FFAA numa área pouco ocupada do território brasileiro, visando o aprimoramento da doutrina de emprego combinado das FFAA. Para tanto, são realizados exercícios combinados de defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia. Visam também aumentar a presença do Estado nas fronteiras, promovendo, inclusive,

ACISO, como atendimento médico e odontológico aos brasileiros que vivem nas localidades isoladas.

De acordo com o Manual de Ações de Fuzileiros Navais nas Operações Ribeirinhas (CGCFN-2500), as operações ribeirinhas combinam as características de operações terrestres, navais e aéreas, o que requer o emprego de táticas, técnicas e organização e equipamentos particularmente adaptados a este ambiente (BRASIL, 2005b, p. 3-1). Na Amazônia, seria ativado um Teatro de Operações Terrestres (TOT) e os meios da MB constituiriam a Força Naval Componente desse TOT. Segundo o Manual de Operações Ribeirinhas (ComOpNav-543), nesse teatro, quando o propósito da Operação Ribeirinha for o controle de áreas terrestres que envolvam objetivos principais muito aprofundados no terreno, o ComForTaRib será um Oficial do Exército, como vem ocorrendo nas operações combinadas realizadas, desde 2002, na Amazônia.

Durante as Operações Combinadas, a MB pode realizar, além do transporte de tropas para o local da operação, operações de patrulha naval, exercícios de trânsito com ameaça de ataques aéreos e de superfície, apoio logístico móvel, exercícios reais de reabastecimento de combustível e munição. Pode realizar também ações de defesa contra embarcações corsárias (terroristas); de controle de sinistros tais como incêndio e alagamento; de qualificação de novos pilotos de helicópteros navais que realizam pousos e decolagens a bordo dos navios; e operações de reconhecimento com aeronaves embarcadas, operações essas que visam o controle e a proteção do tráfego fluvial, vitais para a defesa da Amazônia, contra uma ameaça externa. No caso da Amazônia Ocidental, o ambiente de atuação da MB são os rios, praticamente as únicas vias de comunicação por onde trafegam mais de 90% dos produtos e insumos vitais, tantos da região, como para a região, inclusive o petróleo (COSTA, 2001).

Como dito anteriormente, a primeira operação combinada na região amazônica foi a TAPURU, ocorrida em 2002. O objetivo dessa operação, na época, era adestrar o Sistema de Comando e Controle do Comando Combinado da Defesa e, para isso, contou com cerca de 4.500 militares integrantes das três FFAA.

Após essa operação, foram realizadas as operações Timbó⁹, de 2003 a 2006; e em 2007 a operação Solimões. Cabe ressaltar que a Operação Timbó III, realizada em 2005, teve a primeira

⁹ Denominação atribuída pelo Ministério da Defesa, que significa um cipó trepador muito conhecido no norte do país. Possui haste flexível e pegajosa, quadrangular, com galhos finos e levemente empubescido (com pêlos).

participação do Comando do 9º Distrito Naval, recém-criado. A Operação Timbó realiza-se nos afluentes-sul do Rio Solimões, nas bacias hidrográficas dos Rios Japurá, alto Solimões, Juruá e Javari, o que abrange a porção oeste do Acre, na fronteira com o Peru e a área fronteiriça com a Colômbia, no Estado do Amazonas, abrangendo 416 mil quilômetros quadrados (BRASIL, 2008b).

Nessas operações, a MB manteve a sua presença nos principais rios da área, realizando o controle das vias fluviais, operações de esclarecimento, um grande número de inspeções navais, além do importante trabalho de assistência hospitalar, realizado junto às comunidades ribeirinhas da área de operações.

Ao término dessas operações, pôde-se verificar os benefícios deixados às FFAA e à região amazônica, como o levantamento e a atualização de informações sensíveis da área; a intensificação da presença do Estado em áreas de fronteira; o combate ao descaminho¹⁰, ao contrabando, aos tráficos de drogas e armas e aos crimes ambientais. Ressalta-se também a oportunidade da busca pela interoperabilidade entre os diversos sistemas das FFAA, o amadurecimento da doutrina de emprego combinado das Forças e, mais importante, o estreitamento dos laços de amizade e camaradagem entre os militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea. Com essas operações, observa-se que o Ministério da Defesa e as três FFAA ganharam muito em ensinamento sobre a Doutrina de Operações Combinadas, corrigindo falhas e superando as dificuldades encontradas. O Brasil e a população da Amazônia ganharam em segurança e assistência cívico-social.

7 CONCLUSÃO

A Amazônia, o maior banco genético do mundo, com sua incalculável riqueza, em termos de biodiversidade, possuindo 20% de toda água doce do globo é uma área cobiçada internacionalmente e foco de grandes debates. A preocupação com a extinção da floresta tem sido pauta desses debates.

O Governo Brasileiro, preocupado com a questão da soberania do território nacional, tem procurado dar mais atenção àquela imensa área pouco povoada. O incentivo ao desenvolvimento

Possui também flores brancas miúdas, em forma de espigas. O fruto é uma capsula que se assemelha a uma pêra, disponível em <<http://www.timbo.mil.br/concepcao.htm>>. Acesso em 23 jul. 2008.

da região amazônica, o aumento da presença brasileira nas fronteiras, o aumento de efetivo das três FFAA e dos meios necessários ao cumprimento de suas missões, além das substituições necessárias devido à obsolescência de seus sistemas, o desenvolvimento da doutrina do PPC nas operações combinadas e os diversos adestramentos através de operações combinadas nessa região são algumas das diversas ações tomadas pelo Governo para fazer frente às ameaças à integridade da soberania nacional.

Numa área muito vasta, com predominância terrestre e uma calha extensa por toda sua área, associada à complexidade da guerra moderna, faz-se mister uma integração de esforços entre as FFAA. Desde 2002, o MD vem incrementando os adestramentos de operações combinadas, visando à interoperabilidade entre os diversos sistemas das FFAA, o amadurecimento da doutrina e o estreitamento dos laços de amizade e camaradagem entre os membros das três Forças, já que, antes disso, os adestramentos ocorriam em termos de operações singulares sob a égide de cada Força. Cabe ressaltar que, nessas operações, o esforço de interoperabilidade é muito grande, devido às diferenças doutrinárias e operacionais entre as Forças.

O ensinamento, através dos erros obtidos em cada operação, e os novos conhecimentos adquiridos, acabam transformando-se em realimentação para o banco de dados do ComOpNav, o qual proporcionará uma crescente melhoria nas futuras operações.

Nessas operações combinadas, devido ao grande efetivo de pessoal e meios envolvidos, tem sido possível um maior entrosamento entre a população local e os militares participantes da operação. Esse entrosamento proporciona maior segurança à população, maior assistência cívico-social, maior atendimento médico-odontológico, maior repercussão na mídia das tarefas empreendidas pela Marinha do Brasil e maior conhecimento dos nativos, por parte de nosso pessoal.

A MB tem procurado ampliar seu efetivo e os meios para cumprir sua missão com eficácia na Amazônia Ocidental. Com maior efetivo e maior quantidade de meios, ocorrerá um maior aprestamento da Força, a qual poderá se fazer presente nos mais diversos setores da região e com maior frequência. Um exemplo disso é a atuação do novo NAsH Dr. Montenegro, operando em parceria com os outros dois NAsH existentes na FlotAM. Outro fator decisivo para consolidar o aprestamento da Força foi a qualificação da ENRN para realizar períodos de

¹⁰ Extravio de rendas públicas ou particulares.

manutenção nos navios da FlotAM. Essa ação permitirá reduzir o tempo de manutenção dos meios, disponibilizando-os para novas tarefas.

Conclui-se que nas operações combinadas, na Amazônia Ocidental, a MB com seus meios operativos tem operado como Força Naval Componente do TOT, no controle do tráfego fluvial, no transporte e desembarque de tropas, no apoio logístico móvel, nas fainas de reconhecimento, através de seus meios aeronavais embarcados, e no apoio de fogo naval, em proveito da Força Terrestre, contribuindo para o aprimoramento da interoperabilidade entre as FFAA em cada operação realizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Estado-Maior da armada. EMA-305. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília. 2004.

_____. Comando de Operações Navais. ComOpNav-543. *Manual de Operações Ribeirinhas*. Rio de Janeiro. 2005a.

_____. Comando-Geral de Operações Aéreas – *Comissão de Aeroportos da Região Amazônica*. Atualização: 13 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.comara.aer.mil.br/histórico.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2008a.

_____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-2500. *Manual de Ações Navais nas Operações Ribeirinhas*. Rio de Janeiro. 2005b.

_____. Ministério da Defesa. MD 33-M-03. M. *Doutrina Básica de Comando Combinado*. Brasília. 2001.

_____. Ministério da Defesa. Operação Timbó IV. Disponível em: <<http://www.timbo.mil.br/concepcao.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2008b.

_____. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Decreto n. 5.484 de 30 de julho de 2005. Brasília. 2005c.

COSTA, Luiz Sérgio Silveira. *As Hidrovias Interiores no Brasil*. Rio de Janeiro. Fundação de Estudos do Mar. 2001.

DANTAS, Einar da Costa. *Amazonas – Rio de Muitos Nomes*. Belém. Imprensa Naval. 1987.

FILHO, João Roberto Martins. *Os Militares e a Amazônia*. Blog da Semana. 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 21 abr. 2008.

FILHO, René Pacheco. *Análise da Contribuição da Marinha para a Defesa da Amazônia*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 125 n. 10/12, OUT/DEZ 2005.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FUCCILLE, Luis Alexandre e. *A Amazônia em segundo plano: até quando?*. Blog da Semana. 03 jan. 2008. Disponível em: <http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2008_01_11_10.html>. Acesso em: 21 abr. 2008.

MATTOS, Adherbal Meira. *Em defesa da Amazônia Brasileira & outros estudos*. Belém. CEJUP. 1995.

NETO, Leonardo Trisciuzzi. *Rios da Amazônia – Coletânea de Dados Pequeno Roteiro*. 3a. ed. Rio de Janeiro. 2001

NETO, Manoel Soriano. *Projeto Calha Norte*. 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.roraimaemfoco.com/site/content/view/1044/50/>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

PETRÓ, Paulo Eduardo; JÚNIOR, Gilberto Pereira. *Asas da Marinha na Amazônia*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 125 n. 10/12, OUT/DEZ 2005.

SILVA, Marcelo William Monteiro da. *O Processo de Planejamento Militar (PPM) e o Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (PPC)*. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. n. 10, Dez 2007.

SUN TZU. *A Arte da Guerra*. São Paulo. Jardim dos Livros. 2007.

ANEXO B – Hidrovias da Amazônia Ocidental

HIDROVIAS DA AMAZÔNICA OCIDENTAL

RIO	ESTADO	TRECHO NAVEGÁVEL	EXTENSÃO (MILHAS)	CALADOS DE NAVEGAÇÃO (METROS)	
				ENCHENTE	VAZANTE
Branco	RR	Caracarai – foz	240	ABR/JUL 2,0	ABR/JUL 2,0
Japurá	AM	Vila Bittencourt – foz	388	ABR/JUN 4,0	JUL/FEV 2,0
Juruá	AC/ AM	Foz – Eirunepé	900	OUT/MAR 5,0	ABR/OUT 2,0
		Eirunepé – Porto Walter	480	4,0	1,8
Madeira	AM	Porto velho – Manicoré	326	OUT/MAR 7,0	ABR/SET 2,0
		Manicoré – foz	249	OUT/MAR 7,0	ABR/SET 2,0
Negro	AM	Cucui – Santa Isabel	261	DEZ/JAN 5,0	JUN/JUL 1,0
		Santa Isabel – foz do Rio Branco	244	NOV/MAI --	JAN/OUT 1,0
		Foz do Rio Branco – foz do Rio Negro	187	MAR/JUL --	1,8
Purus	AM	Foz do Rio Laco (Sena Madureira) – Boca do Acre	158	NOV/ABR 5,0	ABR/NOV 0,6
		Boca do Acre – Pauini	134	4,0	0,8
		Pauini – Cachoeira	137	5,0	0,9
		Cachoeira – Lábrea	168	6,0	1,8
		Lábrea – foz	686	6,0	2,3
		Itaituba – foz	151	9,9	2,6
		Porto de Moz – foz	30	7,2	4,2
Amazonas	AM	Foz – Confluência com o Rio Negro	826	NOV/DEZ 7,5	JUN/DEZ 5,0
Javari	AM	Foz – Boca do Javari – Mirim	280	NOV/MAI 3,0	JUN/NOV 0,9
Içá	AM	Foz – Ipiranga	120	MAR/JUL 4,0	JUL/FEV 1,5
Solimões	AM	Confluência com o Rio Negro – Tabatinga	900	JAN/JUN 10,0	JUL/OUT 6,0
Trombetas	AM/ PA	Foz – Oriximiná	17	NOV/JUL --	JUL/OUT 2,0
		Oriximiná – Cachoeira da Porteira	143	NOV/JUL --	JUL/OUT 1,5

Fontes: COSTA, 2001; NETO, 2001.